

SUMÁRIO

Apresentação	09
PARTE 1 – REGRAS DO RITO ESPECIAL PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DOS CRIMES ELEITORAIS	
1. Introdução	12
2. Investigação	14
3. Medidas Cautelares	17
4. Competência Penal do Juiz Eleitoral	22
5. Foro por Prerrogativa de Função	25
5.1. Tribunais Regionais Eleitorais	25
5.2. Tribunal Superior Eleitoral	31
5.3. Superior Tribunal de Justiça	32
5.4. Supremo Tribunal Federal	34
6. Ação Penal	35
7. Transação Penal e Suspensão Condicional do Processo	37
8. Assistência à Acusação	44
9. Juízo de Admissibilidade da Acusação	46
10. Resposta à Acusação	47
11. Interrogatório do Acusado	48
12. Diligências Complementares	50
13. Alegações Finais	52
14. Recursos	53
15. Ações Autônomas de Impugnação	57
16. Inconstitucionalidade da Execução Provisória de Pena	59

PARTE 2 – DOGMÁTICA DOS CRIMES ELEITORAIS

1. Questões Introdutórias	64
2. Transporte Irregular de Eleitor (Art. 10, C.C. Art. 11, III, da Lei 6.091/74)	68
3. Inscrição Fraudulenta de Eleitor (Art. 289, do CE)	77
4. Indução à Inscrição Fraudulenta (Art. 290, do CE)	88
5. Inscrição Fraudulenta Pelo Juiz (Art. 291, do CE)	91
6. Negar ou Retardar Inscrição Eleitoral (Art. 292, do CE)	93
7. Perturbar ou Impedir o Alistamento (Art. 293, do CE)	95
8. Retenção de Título Eleitoral (Art. 295, do CE)	98
9. Desordem Eleitoral (Art. 296, do CE)	100
10. Impedir ou Embaraçar o Exercício de Sufrágio (Art. 297, do CE)	103
11. Prisão de Eleitor com Violação do Art. 236, do CE (Art. 298, do CE)	105
12. Corrupção Eleitoral (Art. 299, do CE)	109
13. (Neo)Criminalização do Caixa Dois Eleitoral	139
Referências Bibliográficas	145